

RELATÓRIO E CONTAS

Ano do Exercício: 2021

POLICITY

Construção e Urbanizações, Lda



LIBERTAS
GRUPO IMOBILIÁRIO

Policity – Construção e Urbanizações, Lda.
Avenida da Liberdade, n.º 129 - 8º B
1250-140 Lisboa
Contribuinte: 505 295 008

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2021

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, nomeadamente quanto ao estabelecido no Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, referentes ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e um.

Atividade desenvolvida no exercício

Durante o exercício foi concluída a construção de um lote de apartamentos e realizadas as respetivas escrituras.

A empresa iniciou ainda a construção de mais um lote de apartamentos.

No exercício de 2021, a empresa não sofreu nenhum impacto na sua atividade resultante da pandemia covid 19.

Evolução Económico/Financeira

O nível de escrituras da empresa aumentou, tendo originado um aumento significativo no volume de negócios de aproximadamente 69%, face ao ano anterior, tendo atingido um resultado líquido de 3 317 315,17€. Em função das escrituras elevadas o total do Ativo reduziu significativamente, em cerca de aproximadamente 32%, tendo sido efetuado o reembolso total do endividamento bancário.

Proposta de Aplicação de Resultados

Neste exercício foi apurado um resultado líquido de 3 317 315,17 Euros, o qual, e em conjunto com a utilização de resultados transitados no montante 973.303,31 Euros, perfazendo um total de 4.290.618,48 Euros, se propõe que sejam aplicados da seguinte forma:

- Reforço de reserva legal	140 618,48 €
- Distribuição de Dividendos	4 150 000,00 €

Eventos Subsequentes

A empresa continuará a desenvolver a sua atividade na gestão, coordenação e comercialização do projeto Albufeira Green Residences, em Albufeira, prevendo-se a realização das escrituras em 2023.

Apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis,

consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.”.
operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

Obrigações Fiscais e Parafiscais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2022

A Gerência

Handwritten signature in black ink, followed by the date '27' written in blue ink.



Policy - Construção e Urbanizações, Lda

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2021



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2021	4
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2021	5
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2021	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2020	7
• Anexo	
1. Nota introdutória	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Principais políticas contabilísticas	9
4. Ativos fixos tangíveis	12
5. Outros investimentos financeiros	12
6. Inventários	13
7. Clientes	13
8. Adiantamento a fornecedores	13
9. Estado e outros entes públicos	14
10. Outros créditos a receber	14
11. Diferimentos	14
12. Caixa e depósitos bancários	14
13. Capital realizado	15
14. Outros instrumentos de capital próprio	15
15. Reserva Legal	15
16. Resultados transitados	15
17. Financiamentos obtidos	15
18. Fornecedores	16
19. Outras dívidas a pagar	16
20. Vendas e prestações de serviços	16
21. Variação nos inventários da produção	17
22. Custo das vendas	17
23. Fornecimentos e serviços externos	17
24. Gastos com o pessoal	18
25. Outros rendimentos	18
26. Outros gastos	18
27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18
28. Resultados financeiros	19
29. Partes relacionadas	19
30. Compromissos	19
31. Eventos subsequentes	19
32. Informações exigidas por diplomas legais	20



Policity – Construção e Urbanizações, Lda
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2021

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021



POLICY - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA

Balço Individual em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.21	31.dez.20
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	4	-	5 000,00
Outros investimentos financeiros	5	2 591,23	2 253,03
Total dos Ativos Não Correntes		2 591,23	7 253,03
Inventários	6	11 372 512,07	17 982 501,24
Clientes	7	33 249,42	39 702,62
Adiantamentos a fornecedores	8	86 785,90	4 016,00
Estado e outros entes públicos	9	59 135,50	52 491,00
Outros créditos a receber	10	613 572,23	137 252,04
Diferimentos	11	618,85	337,23
Caixa e depósitos bancários	12	173 726,74	49 918,78
Total dos Ativos Correntes		12 339 600,71	18 266 218,91
		12 342 191,94	18 273 471,94
Capitais Próprios			
Capital subscrito	13	966 111,10	966 111,10
Outros instrumentos de capital próprio	14	-	510 000,00
Prémios de emissão		1 781 588,90	1 781 588,90
Reservas legais	15	52 603,74	41 390,11
Resultados transitados	16	987 505,63	774 446,75
Resultado líquido do exercício		3 317 315,17	224 272,51
Total dos Capitais Próprios		7 105 124,54	4 297 809,37
Passivo			
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	18	256 437,04	310 531,31
Estado e outros entes públicos	7	1 175 956,74	162 420,20
Financiamentos obtidos	17	-	4 363 116,12
Outras dívidas a pagar	19	3 804 673,62	9 139 594,94
Total dos Passivos Correntes		5 237 067,40	13 975 662,57
Total do Passivo		5 237 067,40	13 975 662,57
		12 342 191,94	18 273 471,94

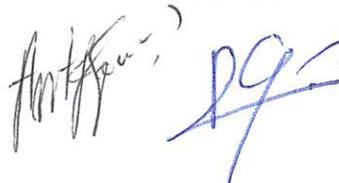
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 15 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA



POLICITY - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.21</u>	<u>31.dez.20</u>
Vendas e serviços prestados	20	14 898 133,62	8 775 066,43
Variação nos inventários da produção	6;21	3 560 687,05	6 496 575,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6;22	(10 170 676,22)	(7 984 368,76)
Fornecimentos e serviços externos	23	(3 664 728,95)	(6 679 647,22)
Gastos com o pessoal	24	(95 859,67)	(108 202,71)
Outros rendimentos	25	41 800,19	725,99
Outros gastos	27	(37 806,45)	(30 333,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 531 549,57	469 815,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;28	(5 000,00)	(8 761,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 526 549,57	461 054,28
Juros e gastos similares suportados	29	(131 761,12)	(169 949,39)
Resultado antes de impostos		4 394 788,45	291 104,89
Imposto sobre o rendimento do período		(1 077 473,28)	(66 832,38)
Resultado líquido do período		3 317 315,17	224 272,51

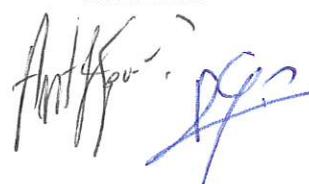
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 15 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA



POLICITY - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.21	31.dez.20
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		9 303 802,72	6 365 016,90
Pagamentos a fornecedores		(2 869 745,83)	(6 025 924,93)
Pagamentos ao pessoal		(72 921,38)	(71 800,73)
Caixa gerada pelas operações		<u>6 361 135,51</u>	<u>267 291,24</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(180 246,38)	(192 812,58)
Outros recebimentos/pagamentos		(195 432,23)	(343 958,60)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		<u>5 985 456,90</u>	<u>(269 479,94)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	200 000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		1 090 000,00	510 000,00
Outras operações de financiamento		(128 385,85)	-
		<u>961 614,15</u>	<u>710 000,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4 162 958,12)	(1 825 000,00)
Juros e gastos similares		(131 761,12)	(169 949,39)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(1 600 000,00)	-
Outras operações de financiamento		(928 543,85)	-
		<u>(6 823 263,09)</u>	<u>(1 994 949,39)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		<u>(5 861 648,94)</u>	<u>(1 284 949,39)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>123 807,96</u>	<u>(1 554 429,33)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	<u>49 918,78</u>	<u>1 604 348,11</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	<u>173 726,74</u>	<u>49 918,78</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 15 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

POLICITY - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2021

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital									
		(Valores expressos em euros)									
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2021	1	966 111,10	-	510 000,00	1 781 588,90	41 390,11	-	774 446,75	224 272,51	4 297 809,37	4 297 809,37
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	11 213,63	-	213 058,88	(224 272,51)	(510 000,00)	(510 000,00)
capital próprio	2	-	-	(510 000,00)	-	11 213,63	-	213 058,88	(224 272,51)	(510 000,00)	(510 000,00)
Resultado Líquido do Período	3								3 317 315,17	3 317 315,17	3 317 315,17
Resultado Integral	4 = 2 + 3								3 093 042,66	2 807 315,17	2 807 315,17
Operações com detentores de capital próprio											
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	1 + 2 + 3 + 4 + 5	966 111,10	-	-	1 781 588,90	52 603,74	-	987 505,63	3 317 315,17	7 105 124,54	7 105 124,54

Para ser lido, com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 15 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

POLICY - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital									
	Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2020											
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos											
Excedente de revalorização de ativos											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
capital próprio											
1		966 111,10	-	-	1 781 588,90	31 190,51	-	580 654,31	203 992,04	3 563 536,86	3 563 536,86
2		-	-	510 000,00	-	10 199,60	-	193 792,44	(203 992,04)	510 000,00	-
3		-	-	510 000,00	-	10 199,60	-	193 792,44	(203 992,04)	510 000,00	-
Resultado Líquido do Período											
Resultado Integral											
Operações com detentores de capital próprio											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
4	2 + 3	-	-	-	-	-	-	-	224 272,51	224 272,51	224 272,51
5		-	-	-	-	-	-	-	20 280,47	224 272,51	224 272,51
Posição Fim do Período 2020											
1	2 + 3 + 4 + 5	966 111,10	-	510 000,00	1 781 588,90	41 390,11	-	774 446,75	224 272,51	4 297 809,37	4 297 809,37

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 15 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA



Policy – Construção e Urbanizações, Lda

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa Policy – Construção e Urbanizações, Lda (“Empresa” ou “Policy Construção”), foi constituída em 31 de janeiro de 2001, tem a sua sede na Avenida da Liberdade, n.º 129 – 8.º B, em Lisboa. A Empresa tem como atividade principal a urbanização, construção civil, a compra, venda e permuta de propriedades, inclusive revenda dos adquiridos para esse fim e projetos de engenharia e de arquitetura.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Na preparação das suas demonstrações financeiras a entidade está sujeita ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de junho, o qual aprova o Sistema de normalização contabilística (SNC), e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

A entidade adotou por apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis à mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo SNC-NCRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidas na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica ‘Investimentos financeiros em equivalência patrimonial’.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwill”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa (“Badwill”), é registada na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

O Goodwill é amortizado, no período da sua vida útil (ou no prazo de 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimado com fiabilidade).

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% até 25 000,00 € e o remanescente a 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta, gastos gerais e ainda encargos com o financiamento.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Capital social

As quotas são classificadas em capital próprio.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.12. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2021						
	Saldo em 01-jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-21
Valor de aquisição:						
Equipamento de transporte	35 046,00		-	-	-	35 046,00
Equipamento administrativo	-					-
	<u>35 046,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35 046,00</u>
Depreciações acumuladas						
Equipamento de transporte	30 046,00	5 000,00	-	-	-	35 046,00
Equipamento administrativo	-					-
	<u>30 046,00</u>	<u>5 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35 046,00</u>
Valor total líquido	<u>5 000,00</u>	<u>(5 000,00)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 de dezembro de 2020						
	Saldo em 01-jan-20	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-20
Valor de aquisição:						
Equipamento de transporte	35 046,00		-	-	-	35 046,00
Equipamento administrativo	-					-
	<u>35 046,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35 046,00</u>
Depreciações acumuladas						
Equipamento de transporte	21 284,50	8 761,50	-	-	-	30 046,00
Equipamento administrativo	-					-
	<u>21 284,50</u>	<u>8 761,50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30 046,00</u>
Valor total líquido	<u>13 761,50</u>	<u>(8 761,50)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5 000,00</u>

5. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outros investimentos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	31-dez-21	31-dez-20
Outros - FCT	2 591,23	2 253,03
	2 591,23	2 253,03
Perdas por imparidade acumulada	-	-
	<u>2 591,23</u>	<u>2 253,03</u>



6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Mercadorias	532,50	532,50
Produtos acabados	5 610 511,57	1 852 291,08
Obras em curso	<u>5 761 468,00</u>	<u>16 129 677,66</u>
	11 372 512,07	17 982 501,24

A empresa detém empreendimentos em construção na Quinta dos Figos.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-21</u>		<u>31-dez-20</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes				
Clientes conta corrente	-	33 249,42	-	39 702,62
	<u>-</u>	<u>33 249,42</u>	<u>-</u>	<u>39 703</u>

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-60 dias</u>	<u>> 90 dias</u>	<u>Total</u>
Clientes conta corrente	-	-	-	33 249,42	33 249,42
Clientes outros	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33 249,42</u>	<u>33 249,42</u>

8. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Adiantamento a fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Adiantamento a fornecedores	86 785,90	4 016,00
	<u>86 785,90</u>	<u>4 016,00</u>



9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	59 135,50	52 491,00
	59 135,50	52 491,00
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1 077 473,28	66 832,38
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	96 183,08	92 379,50
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	768,04	1 628,40
Segurança Social	1 494,86	1 542,44
Outros impostos e taxas	37,48	37,48
	1 175 956,74	162 420,20

A empresa não apresenta valores em mora às Finanças e à Segurança Social. Os valores passivos correspondem a valores correntes, liquidados no período seguinte.

10. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-21</u>		<u>31-dez-20</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Gastos em obras	-	13 572,23	-	40 637,90
Diversos	-	600 000,00	-	96 614,14
	-	613 572,23	-	137 252,04
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	613 572,23	-	137 252,04

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	618,85	337,23
	618,85	337,23
Diferimentos (Passivo)	-	-
	-	-

12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Caixa	5 500,00	5 500,00
Depósitos à ordem	168 226,74	44 418,78
	173 726,74	49 918,78



13. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2021, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era de 966 111,10 euros.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2021, eram as seguintes:

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Libertas - Investimentos Imobiliários, S.A.	66,62%	643 666,69
Ecoárea - Estudos, Construção e Obras, S.A.	33,38%	322 444,41

14. Outros instrumentos de capital próprio

No exercício foram reembolsados na totalidade as prestações suplementares conforme decisões de Assembleias gerais.

15. Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

16. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 10 de Fevereiro de 2021, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foi decidido que do resultado líquido referente a esse exercício, no valor de 224 272,51 euros, fosse transferido para a rubrica Reservas legais o valor de 11.213,63 euros e para a rubrica Resultados transitados o valor de 213 058,88 euros.

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-21</u>		<u>31-dez-20</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Empréstimos bancários m.l.prazo	-	-		4 162 958,12
Outros empréstimos (Sócios)	-	-	-	200 158,00
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4 363 116,12</u>

Os empréstimos bancários foram reembolsados no presente exercício:

<u>Prazos de reembolso</u>	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Menos de um ano	-	4 363 116,12
Superior a um ano	-	-
	<u>-</u>	<u>4 363 116,12</u>

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-dez-20		
Fornecedores conta corrente	256 437,04		310 531,31		
	256 437,04		310 531,31		
	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>> 90 dias</u>	<u>Total</u>
Fornecedores conta corrente	156 565,60	-	-	99 871,44	256 437,04
Fornecedores outros	-	-	-	-	-
	156 565,60	-	-	99 871,44	256 437,04

19. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-dez-20	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Acréscimos de gastos - IMI	-	12 146,11	-	9 575,91
Acréscimos de gastos - Juros a liquidar	-	-	-	24 959,55
Acréscimos de gastos - Subcontratos	-	1 390 682,04	-	753 796,04
Acréscimos de gastos - Remunerações a pagar	-	3 514,50	-	10 774,66
Acréscimos de gastos - Comissões sobre vendas	-	-	-	304 850,98
Adiantamentos por conta de vendas	-	2 328 270,67	-	8 031 365,00
Diversos	-	70 060,30	-	4 272,80
	-	3 804 673,62	-	9 139 594,94

20. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2021 e de 2020 foram como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>
Vendas de mercadorias	14 882 648,48	-	14 882 648,48	8 746 614,34	-	8 746 614,34
Prestação de serviços	15 485,14	-	15 485,14	28 452,09	-	28 452,09
	14 898 133,62	-	14 898 133,62	8 775 066,43	-	8 775 066,43

21. Variação nos inventários da produção

A demonstração da variação da produção, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo em 1 de Janeiro	16 129 677,66	1 852 291,08	17 981 968,74	18 764 663,27	705 098,61	19 469 761,88
Regularizações	(13 928 896,71)	10 170 676,22	(3 758 220,49)	(9 131 561,23)	1 147 192,47	(7 984 368,76)
Variação da produção	3 560 687,05	-	3 560 687,05	6 496 575,62	-	6 496 575,62
Saldo em 31 de Dezembro	5 761 468,00	12 022 967,30	17 784 435,30	16 129 677,66	1 852 291,08	17 981 968,74

22. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é detalhado como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	-	532,50	-	-	-	-
Regularizações	-	10 170 676,22	10 170 676,22	-	7 984 368,76	7 984 368,76
Compras	-	-	-	-	532,50	532,50
Custo de vendas	-	(10 170 676,22)	(10 170 676,22)	-	(7 984 368,76)	(7 984 368,76)
Saldo final em 31 de Dezembro	-	532,50	-	-	532,50	532,50

23. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31-dez-21	31-dez-20
Subcontratos	3 058 226,88	6 056 921,88
Serviços especializados	538 594,12	560 112,02
Materiais	4 352,19	452,45
Energia e fluídos	27 413,08	27 683,88
Deslocações, estadas e transportes	423,49	677,01
Serviços diversos	35 719,19	33 799,98
Rendas e alugueres	20 400,00	22 100,00
Comunicação	4 697,71	5 266,75
Seguros	632,76	4 046,58
Contencioso e notariado	8 484,69	1 999,43
Limpeza, higiene e conforto	73,51	166,05
Outros serviços	1 430,52	221,17
	3 664 728,95	6 679 647,22

24. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Remunerações do pessoal	82 295,24	90 911,41
Encargos sobre remunerações	12 972,52	16 217,29
Seguros	591,91	1 074,01
	<u>95 859,67</u>	<u>108 202,71</u>

O número médio de empregados da Empresa nos exercícios de 2021 e 2020 foi de 3.

25. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Outros rendimentos	41 800,19	725,99
	<u>41 800,19</u>	<u>725,99</u>

26. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Impostos	37 806,43	5 055,37
Outros gastos	0,02	25 278,20
	<u>37 806,45</u>	<u>30 333,57</u>

27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-21</u>			<u>31-dez-20</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Ativos fixos tangíveis	5 000,00	-	5 000,00	8 761,50	-	8 761,50
	<u>5 000,00</u>	<u>-</u>	<u>5 000,00</u>	<u>8 761,50</u>	<u>-</u>	<u>8 761,50</u>



28. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2021 e de 2020, tinham a seguinte composição:

	<u>31-dez-21</u>	<u>31-dez-20</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	131 761,12	169 949,39
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>131 761,12</u>	<u>169 949,39</u>
Resultados financeiros	<u>(131 761,12)</u>	<u>(169 949,39)</u>

29. Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31-dez-21	31-dez-20
Ecoárea		
Serviços adquiridos	1 397 645,48	63 276,15
Saldos		
Ecoárea e Libertas		
Contas a receber	600 000,00	-
Contas a pagar	-	200 000,00

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

30. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não detém compromissos não divulgados no Balanço.

31. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa

perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

32. Informações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 15 de Março de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Policity - Construção e Urbanizações, Lda* (“Entidade”), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, (que evidencia um total de 12.342.192 euros e um total de capital próprio de 7.105.125 euros, incluindo um resultado líquido de 3.317.315 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Policity - Construção e Urbanizações, Lda* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Alfragide, 31 de março de 2022



Manuel Lázaro Oliveira Brito
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda